

# A formação da consciência de classe dos sem-teto mediada pela experiência nas ocupações por moradia

THE CONSTRUCTION OF HOMELESS CLASS AWARENESS MEDIATED BY THE EXPERIENCE IN HOUSING OCCUPATIONS

Clarissa Zagotto da Cunha<sup>1</sup>  
Vinícius Oliveira Machado<sup>2</sup>  
Ana Carolina Galvão Marsiglia<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo analisa a experiência de formação política de trabalhadores sem-teto em ocupações organizadas por movimentos pela moradia e reforma urbana, tendo como base a revisão bibliográfica. Buscamos demonstrar, a partir da categoria “experiência” trabalhada pelo historiador marxista Edward P. Thompson, como as diversas experiências propiciadas pela participação nas ocupações e no enfrentamento à lógica da cidade do capital possibilitam aos trabalhadores sem-teto construir uma identidade política. Nesse sentido, o artigo está estruturado em duas partes: a primeira visa explicitar alguns aspectos da cidade capitalista, bem como destacar a urgência da reforma urbana e a legitimidade dos movimentos de luta pela moradia; a segunda destaca o papel da categoria experiência na formação da consciência de classe dos sem-teto.

**Palavras-chave:** Reforma urbana. Trabalhadores sem-teto. Consciência de classe.

<sup>1</sup> Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa Docência, currículo e processos culturais. É membro do Grupo de Pesquisa “Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Escolar”. E-mail: clarissazagotto@gmail.com

<sup>2</sup> Licenciado em História pela UFES e mestrando do PPGE da mesma universidade, na linha de pesquisa Docência, currículo e processos culturais. É membro do Grupo de Pesquisa “Pedagogia Histórico-Crítica e Educação Escolar”. E-mail: vn-vinicius@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação Escolar pela Unesp (Araraquara). Realizou estudos de Pós-doutorado em Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É professora do Centro de Educação da UFES, líder do grupo de pesquisa “Pedagogia histórico-crítica e educação escolar”, membro do Núcleo de Educação Infantil (NEDI-UFES), do Fórum Capixaba de Lutas Sociais e representante da Associação dos Docentes da UFES (Adufes) no Conselho Estadual de Direitos Humanos (2017-2019). E-mail: galvao.marsiglia@gmail.com

## ABSTRACT

This paper analyzes the experience of political construction of homeless workers in occupations organized by movements for housing and urban reform, based on the bibliographical review. We attempted to demonstrate, from the “experience” category worked out by the Marxist historian Edward P. Thompson, how the several experiences provided by participation in the occupations and in the confrontation with the logic of the city of capital enable the homeless people to construct a political identity. In this sense, the paper is structured in two parts: the first one aims to explain some aspects of the capitalist city, as well as highlight the urgency of urban reform and the legitimacy of social movements of struggle for housing; the second one emphasizes the role of the experience category in the formation of homeless class awareness.

**Keywords:** Urban reform. Homeless workers. Class awareness.

## Introdução

Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)<sup>4</sup>, de 2015, organizada pela Fundação João Pinheiro, apontam que o gasto excessivo com aluguel em tempos de recessão, somado ao encolhimento do setor de construção civil e do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) nos últimos dois anos, deve fazer avançar o déficit habitacional no país.

De acordo com a pesquisa, houve um crescimento anual de cerca de 30% dos lares afetados pelo alto comprometimento da renda com pagamento do aluguel. No total, 3,8 milhões de moradias têm esse problema, dado que agrava o déficit habitacional. Além disso, entre 2013 e 2015 houve redução de quase 400 mil unidades na produção de novos domicílios, após mais de cinco anos de pequeno avanço. Desde então, é importante ressaltar que ao menos mais 5 milhões de trabalhadores perderam seus empregos.

Outro dado importante da pesquisa é que essa dinâmica, persistente em 2017, tem o poder de reverter a estabilidade dos últimos anos do déficit habitacional, que girou em torno de 5,5 milhões a 6 milhões de moradias,

---

<sup>4</sup> Os dados preliminares de 2015, assim como os anteriores, podem ser acessados pelo link: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>

sendo que quase 85% das famílias que figuram no indicador ganham até três salários mínimos. São elas as que mais sofrem com a baixa produção de moradias com subsídio público e o gasto excessivo com aluguel num contexto de renda em queda.

É a comprovação de que a política de destruição da economia nacional, de regressão social e de retirada dos direitos dos trabalhadores que vem sendo realizada pelo governo ilegítimo com o aval da maioria conservadora do congresso para atender aos interesses do imperialismo e das elites subalternas de impor um novo padrão de acumulação do capital no país, tem como consequência o agravamento das condições já difíceis de vida dos trabalhadores - em especial sua fração mais pobre e precarizada - e o aumento da desigualdade. Já são mais de 14 milhões de desempregados, trabalhadores que no final do mês se veem desesperados por não terem condições de pagar o aluguel.

Levando em consideração o anunciado colapso dos serviços públicos que tende a se aprofundar no próximo período pelo regime fiscal gerado pela emenda constitucional 95<sup>5</sup>, a desregulamentação das relações de trabalho, somada ao aumento do déficit habitacional, estamos às portas de um colapso social. A crise econômica e a instabilidade institucional do Brasil vão ganhando contornos dramáticos para a grande maioria do povo trabalhador.

O agravamento da situação e a falta de alternativas e oportunidades faz com que em todo o país surjam novas ocupações por moradia. No entanto, se por um lado essa situação expressa o cenário de crise social e barbárie capitalista, o engajamento dos trabalhadores na luta por moradia pode representar um novo recomeço, pois é nas ocupações organizadas, mediadas pelos movimentos de luta por moradia e reforma urbana, que os trabalhadores sem-teto se inserem na luta de classes aberta.

E é a partir da categoria de “experiência”, trabalhada pelo historiador marxista Edward P. Thompson (1981), que este artigo pretende demonstrar como as diversas experiências propiciadas pela participação nas ocupações e no enfrentamento à lógica da cidade do capital criam condições para que os trabalhadores sem-teto forjem sua identidade política e adquiram consciência de classe.

---

<sup>5</sup> A emenda constitucional 95, aprovada em 15 de dezembro de 2016, instituiu um novo regime fiscal que limita gastos públicos por vinte anos.

Nesse sentido, o artigo está estruturado em duas partes: a primeira visa explicitar alguns aspectos da cidade capitalista, bem como destacar a urgência da reforma urbana e a legitimidade dos movimentos de luta pela moradia; a segunda destaca o papel da categoria experiência na formação da consciência de classe dos sem-teto.

## **A produção capitalista da cidade e a urgência da Reforma Urbana frente à luta pela moradia**

A luta pela moradia no Brasil é um dos principais problemas que emergem da produção do espaço urbano. Com ela, faz-se necessário discutir as definições de uma reforma urbana que tenha como afirmativa o direito à cidade e que seja uma reforma urbana *popular*, pois, de acordo com Souza (2006), há diferentes acepções do que se pode compreender por uma reforma urbana. Para o autor, essa pode ser concebida como um plano urbanístico, de embelezamento das cidades ou pode colocar na ordem do dia as pautas de movimentos sociais, como os de luta pela moradia.

Para que possamos fazer uma discussão acerca dos aspectos que envolvem a participação na luta pela moradia no Brasil, levantaremos alguns aspectos da produção da cidade capitalista e os agentes de formação desse espaço, somados a uma breve exposição das intervenções estatais que se encontram no bojo da discussão de reforma urbana para, finalmente, compreendermos a legitimidade de movimentos pela moradia e de suas estratégias frente à luta com as ocupações.

Discutiremos a reforma urbana em seu entendimento ideológico empregado pelo Estado brasileiro, apenas para que possamos apreender os níveis de participação popular, sua institucionalização e atuação marginal com estratégias de luta. Contudo, inspirados em Souza (2006), afirmamos a urgência de uma reforma urbana como uma luta por mudanças sociais estruturais, com caráter universalista e redistributivo, por meio de vários instrumentos cuja reforma urbanística não seria o fim, mas apenas uma dimensão somada a ações de regulação fundiária e canais de participação. Optamos por compreender a reforma urbana “[...] com as finalidades precípuas de reduzir os níveis de injustiça social no [meio urbano]” (SOUZA, 2006, p. 213) e objetivando a democratização da qualidade de vida nas cidades.

O espaço urbano não é assim nomeado apenas pela sua concretude e forma, que é a cidade, mas o entendemos como produto da sociedade

capitalista gerida pela ação de um Estado, em concomitância com o espaço não planejado e o que idealizam os especialistas de planos urbanísticos. Na concepção formulada por Lefebvre (2008), o espaço urbano capitalista é produto e reproduzidor da sociedade de classes e ocorre na tríade de *espaço concreto* (sua forma em cidade), o *espaço abstrato* que sonham os planejadores e legalistas inseridos na instituição estatal e o *espaço vivido*, que reflete as apropriações e usos à margem das concepções urbanísticas e legais. Dessa forma, a cidade pode ser conhecida por meio da prática social e como reproduzidora de um modo de vida.

Ademais, apreender a produção do espaço urbano é, para Carlos (1994), a compreensão da dinâmica da realidade urbana como unidade do diverso e suas relações contraditórias:

O processo de produção do espaço é desigual - isso aparece claramente através do uso do solo - e decorre do acesso diferenciado da sociedade à propriedade privada e da estratégia de ocupação de espaços urbanos. Estas passam, de um lado, pelas estratégias das empresas que produzem sobre o solo - uma estratégia que busca realizar o superlucro, mas, de outro, pela estratégia de movimentos sociais, que emergem como ocorrência do processo de ocupação do espaço capitalista, decorrente da apropriação privada da terra, que gera a segregação espacial (CARLOS, 1994, p. 12).

No capitalismo, o espaço urbano reflete as bases constitutivas da sociedade, pois o modo de produção tem suas manifestações espaciais, que são de natureza social e atendem a uma matriz dos processos produtivos, envolvendo a circulação de capitais e investimentos e prática de poder. Sua característica própria do espaço urbano é desigual e, dessa forma, condicionante de desigualdades que se manifestam em divisões espaciais que adotam a matriz de reprodução das relações de produção e divisão social do trabalho, o que é expresso com a segregação de áreas residenciais destinadas às classes abastadas e outras destinadas aos trabalhadores (CORRÊA, 1989). Desse modo, a cidade capitalista, tal qual a sociedade, é pautada pela luta de classes.

Como tal, ao pensar a produção do espaço urbano capitalista, questionamos, como Lefebvre (2008a, p. 95): “[...] diante de quem e para quem

é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana?”, uma vez que o espaço urbano se caracteriza por ser um lugar privilegiado do ponto de vista da produção, circulação e consumo de produtos. É no espaço que a sociedade se realiza por meio da reunião de atividades de produção de riqueza e relações sociais que se espacializam em centralidades e dispersões, contendo, assim, um conteúdo dialético e conflitante na sua forma, com a centralidade de informações e capitais e a dispersão ou acirramento da divisão espacial do trabalho e das classes sociais.

Por consequência da luta de classes, a cidade é, para Lefebvre (2008a), numa sociedade dita democrática, um indicativo de como o Estado e o capital privado agem na produção dos espaços. Afinal, a cidade existe anteriormente ao modo de produção capitalista e em outros contextos históricos tinha em sua concepção a vivência de um espaço democrático. O autor referido faz uma prospecção do que seria efetivamente a vida urbana, não realizável na sociedade capitalista. Os espaços seriam produzidos segundo a lógica do valor de uso e não do de troca. Uma vez que a lógica produtiva do espaço seja essa, da sociedade burocrática de consumo dirigido, emerge a luta pelo direito à cidade.

O direito à moradia, de acordo com Trindade (2017), encontra-se no bojo de lutas pelo direito à cidade apregoada por Lefebvre, que se assenta em acessar os bens públicos e a própria natureza da cidade; em ter o encontro, o convívio de classes distintas com modos e concepções distintos de vida; viver em um espaço de troca, com respeito ao ritmo da vida. Contudo, a acepção do espaço e vida urbanos pelo valor de uso separados do valor de troca exige domínio e controle econômico. Além disso, o direito à cidade diz respeito à apropriação do espaço urbano e não de propriedade.

Até o momento, a cidade é produzida por estratégias determinadas por alguns grupos sociais, que, segundo Corrêa (1989, p. 12), pode ser identificado por “proprietários dos meios de produção”, “proprietários fundiários”, “promotores imobiliários”, o “Estado” e “grupos sociais excluídos”. Para o autor, esses segmentos da sociedade agem segundo um aparato jurídico, não neutro, posto que esse aparato reflete os interesses da classe dominante e suas estratégias de produção espacial são diferenciadas. Entretanto, os conflitos que poderiam surgir entre os grandes capitais financeiros, imobiliários e industriais, desaparecem no contexto atual do capitalismo, pois podem estar associados na forma de corporações. Ou, ainda, por se associarem em alianças políticas.

Desses agentes sociais produtores do espaço, o primeiro descrito por Corrêa (1989), como *proprietários dos meios de produção*, corresponde aos grandes proprietários industriais e empresas comerciais que agem por meio do consumo de terra urbana, para os quais ela tem o sentido de aparato físico para as atividades. Em geral, esses proprietários consomem terras de baixo preço e localizadas de acordo com uma acessibilidade pertinente as atividades da indústria ou comércio. Ademais, especulação fundiária, para estes, resulta num aumento da força de trabalho.

O *proprietário fundiário* está essencialmente interessado no valor de troca e não no valor de uso da terra urbana. E não raro exerce pressão sobre o Estado para o provimento de infraestrutura, além de agir em instâncias municipais, principalmente na definição do zoneamento urbano e de leis de uso do solo. Suas estratégias de apropriação do espaço variam conforme a demanda de classe. São agentes diretos na segregação espacial no processo de urbanização. Já o *promotor imobiliário* pode ser um construtor, um comerciante que consome o espaço a título de diversificar os negócios. Sua ação na sociedade capitalista é de produzir habitações que tenham um valor de uso maior que a anterior, portanto, tem pouco interesse na construção das habitações populares.

O *Estado* capitalista age na produção do espaço urbano em muitas possibilidades, dentre elas a regulação e taxação de terrenos livres, investimentos na infraestrutura, regulação e controle do uso e preço da terra. Suas ações são direcionadas por conflitos entre as classes sociais e, de acordo com Corrêa (1989), o Estado privilegia as classes mais abastadas, sobretudo, porque são esses representantes da sociedade que ocupam em grande parte os espaços de poder. É também o Estado que pode se transformar em agente imobiliário, pois de acordo com o contexto político pode vir a promover projetos habitacionais de interesse popular.

Outro modelador do espaço urbano são os *grupos sociais excluídos*. Como a moradia é uma mercadoria, cujo acesso não é democratizado, Corrêa (1989) entende que é a classe trabalhadora que compõe esse grupo, que ao longo da história das cidades se viu obrigada a residir em moradias precárias e de baixo custo. Para o autor, as favelas e o processo de autoconstrução das casas colocam as pessoas à margem do direito à moradia e direito à cidade em modeladores de espaço.

De acordo com Harvey (2006), devemos considerar a cidade como produto do trabalho, não como algo que paira para além da vontade

humana. E quando discorreremos sobre alguns objetos, deixamos que sejam fetichizados. As cidades são coisas, modificadas pela prática social por meio do processo de urbanização, processo que envolve diversos agentes com práticas espaciais que se entrelaçam. Como a sociedade é classista, essas interações entre as práticas espaciais têm o mesmo conteúdo da luta de classes. Mesmo que os conteúdos das práticas espaciais sejam de diversas naturezas, como político-administrativa, segregação racial etc., “[...] sob o capitalismo, o amplo leque das práticas de classe, em associação com a circulação do capital, a reprodução da força de trabalho e das relações de classe, e a necessidade de controlar a força de trabalho permanecem hegemônicos” (HARVEY, 2006, p. 170).

Assim sendo, para o autor, a gestão urbana ou intervenções que possam minimizar os problemas urbanos não estão especificamente na alçada do Estado, que seria apenas um mediador, numa política de coalizão de forças entre todos os agentes sociais e modeladores do espaço, que seria um mediador dos conflitos com estratégias de democratização dos espaços de tomada de decisão em torno das intervenções no espaço urbano. Em geral, a classe mais abastada se reúne para fomentar seus investimentos e essa coalizão entre dominantes só agrava os problemas urbanos. É importante que haja uma política de coalizão que inclua no processo de “governança urbana” os movimentos sociais, os sindicatos, as instituições educacionais, entre outros. Sobretudo, porque é possível perceber que a forma do empreendedorismo urbano na contemporaneidade reúne muitos projetos supostamente de sucesso que na verdade escondem muitos problemas sociais: “[...] em muitas cidades, está assumindo um caráter geográfico, na forma de uma cidade dupla, com a regeneração de um centro de cidade decadente e um mar circundante de pobreza crescente” (HARVEY, 2006, p. 188).

Esse tipo de intervenção urbanística é como Engels (2015) chamou de método “Hausmann”, que é a estratégia da burguesia para supostamente resolver a questão da moradia. O barão de Hausmann em Paris, no século XIX, promoveu uma intervenção urbanística que ficou famosa e dela criou princípios de “embelezamento” e “higienização” que acompanham a gestão urbana e planos urbanísticos. De acordo com o autor, suas intenções eram de formar uma classe proletária da construção civil e conferir à cidade aspectos luxuosos. Tal reforma urbanística, com largas ruas entre as moradias aglomeradas de trabalhadores e construção de prédios



luxuosos, promoveu o que a especulação imobiliária faz com frequência na contemporaneidade: a expulsão dos trabalhadores das áreas centrais ou valorizadas. Ainda para Engels (2015, p. 104),

[...] a práxis generalizada de abrir brechas nos distritos dos trabalhadores, em especial nos distritos localizados no centro de nossas grandes cidades, quer tenha sido motivada por considerações de saúde pública e embelezamento, pela demanda por grandes conjuntos comerciais localizados no centro ou pela necessidade de circulação, como a instalação de ferrovias, ruas etc. O resultado em toda parte é o mesmo, não importa qual seja o motivo alegado: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem sob enorme autoglorificação da burguesia em virtude de tão retumbante êxito, mas reaparecem imediatamente em outro lugar e muitas vezes na vizinhança mais próxima.

O método Haussmann serviu de inspiração para planos urbanísticos no Brasil, como o caso da Reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro, no início do século XX. Tais planos urbanísticos, com os princípios de embelezamento e higienização nas concepções de cidade da burguesia, frequentemente, de acordo com Souza (2006), são denominados de Reforma Urbana. Muitos projetos de revitalização contemporâneos de espaços considerados degradados na cidade também ganham o nome de reforma. Contudo, o autor é categórico ao afirmar que tais intervenções são meras expressões de planos urbanísticos, não de uma reforma urbana, pois esta deve abarcar um conteúdo de classe.

Para Trindade (2017) o método Haussmann ou a intervenção estatal, como a reforma de Paris, tem como objetivo a organização do centro das cidades para a plena distribuição de mercadorias. Sob os pressupostos de embelezar e higienizar, provoca a segregação espacial por classe. Para o autor, isso indica um controle estatal das classes populares e, dialeticamente, torna propícia a “dinamização econômica das atividades imobiliárias” (TRINDADE, 2017, p.138).

De acordo com Souza (2006), o ideário de reforma urbana no Brasil foi ganhando corpo na década de 1960 em concomitância à crescente mobilização pela reforma agrária. No governo de João Goulart, presidente

da República no ano de 1963, houve a promoção de um seminário em São Paulo para debater “Habitação e Reforma Urbana”. Nesse momento, com a centralidade na moradia, a reforma urbana era tratada como uma reforma de base. Foi então proposta a primeira política de habitação urbana, cujo recurso seria proveniente de impostos incididos sobre o loteamento urbano e gestado pelo Fundo Nacional de Habitação a ser criado.

Com o golpe de 1964, é agravada a escassez da moradia, em função da política do governo empresarial-militar, de repressão aos movimentos sociais e, ademais, para Souza (2006), foi o momento de maior intensificação de remoção de favelas no Rio de Janeiro. Como a característica desse contexto histórico foi de silenciamento dos movimentos sociais, a reforma urbana entra numa fase que o autor denomina de “hibernação”, sendo o tema retomado com força apenas na década de 1980. Contudo, no início do governo do General Geisel, houve a tentativa de dar respostas à escassez e precariedade da moradia dos trabalhadores, mas numa ideologia à direita, com a criação do Banco Nacional de Habitação e a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana.

No regime empresarial-militar, a industrialização e urbanização tiveram o crescimento mais ofensivo e, com isso, foram acirradas as bases materiais para a retomada do debate de reforma urbana, pois, no Brasil, apenas 1/3 da população não vivia em cidades. Para o atendimento da demanda criada após o período de maior avanço na urbanização, durante o período de redemocratização foi fundado o Fórum Nacional de Reforma Urbana, a partir do Movimento Nacional de Reforma Urbana. A Constituição, assim, recebe propostas de inserção de emendas que atendessem à urgência pela reforma. E o texto de 1988 incorpora as concepções de “função social da cidade” e “função social da propriedade”, que contraditoriamente estavam ligadas a instrumentos como o IPTU progressivo, que supostamente no âmbito municipal poderiam se comprometer com a função social da propriedade e da cidade (SOUZA, 2006).

Embora a função social da cidade e propriedade estivessem presentes nas discussões sobre a reforma urbana, a participação popular na gestão urbana será categorizada como obrigatória apenas no texto do Estatuto das Cidades, de 2001, que tramitou por mais de 10 anos. Souza (2006) considera que foi um avanço e marco judicial. Contudo, não garantiu que as práticas evitassem a “pseudoparticipação” da sociedade e, em especial, das camadas populares. Ademais, para o autor, a marca do “tecnocratismo

de esquerda”, que consiste numa supervalorização dos aspectos legais, enfraqueceu os movimentos sociais durante as décadas de 1980 e 1990. Um destaque de instrumentos e documentos é o plano diretor municipal, conjunto de normas municipais, obrigatório para todas as cidades brasileiras de mais de 20 mil habitantes. Atualmente, todas as cidades que atendem ao critério possuem tal legislação.

Embora os planos diretores sejam (inclusive por incluir o orçamento participativo) dotados de um conteúdo potencial enquanto instrumento de uma reforma urbana popular, as cidades brasileiras vivenciam duas realidades. Uma cidade que é legal, dos empresários e especuladores imobiliários, para a qual os marcos legais, assim como os instrumentos de melhor infraestrutura direcionadas pelos planos diretores se concretizam. E outra cidade, que representa a cidade da classe trabalhadora, uma cidade ilegal, na qual a legislação e os bens providos pelo poder público não chegam (MARICATO, 1995). O que acontece de fato é uma inferência sobre o espaço por parte da especulação imobiliária com uma intensidade maior que a possível intervenção do Estado, obviamente por isenção voluntária deste.

Trindade (2017) aponta que, para entender a segregação espacial e formação de periferia urbana, é necessário compreender a dinâmica da especulação imobiliária, ou, em outras palavras, como funciona o mercado de terras. Ele assinala que, grosso modo, são proprietários que mantêm imóveis ociosos na expectativa de valorização. Essa, contudo, pode se dar por meio de investimentos públicos em infraestrutura e serviços urbanos. A especulação é uma promotora da “periferização” da cidade, ao passo que nos centros urbanos é possível perceber uma pertinência de destinação à elite enquanto há também uma classe à qual não é dada a possibilidade de participar do mercado de habitação.

Capturada a forma como a segregação urbana tem sua gênese e acirramento, de acordo com Trindade (2017, p.148),

[...] Na essência, a articulação entre capital e Estado se constitui no aspecto crucial para a compreensão do fenômeno. Seja de forma explícita, através das políticas oficiais de remoção da população pobre das áreas centrais, ou menos, isto é, por meio dos mecanismos de especulação e valorização fundiária que afastam os

pobres das melhores localizações da cidade, a relação entre o capital imobiliário e o poder público está sempre pressuposta.

De acordo com Boulos (2012, p. 19), “[...] na realidade, o Estado brasileiro desenvolveu apenas dois programas habitacionais relevantes ao longo de toda sua história: o BNH (Banco Nacional de Habitação), durante a ditadura empresarial-militar; e o programa ‘Minha Casa, Minha Vida’, a partir do governo Lula”. O BNH, segundo ele, tinha no discurso o objetivo de tornar o trabalhador também proprietário de um imóvel. Contudo, não havia subsídio estatal para fomentar a compra e o trabalhador deveria arcar com todo o valor do bem a ser adquirido. O que de forma expressa é a prática de qualquer instituição bancária que visa ao lucro sobre sua mercadoria. Como consequência, o programa de aquisição da moradia fora fracassado (BOULOS, 2012).

O programa “Minha Casa, Minha Vida” foi proposto em 2009, meses depois da crise que assolou o mercado imobiliário nos Estados Unidos. Antes que essa crise atingisse o mercado imobiliário brasileiro, o MCMV oferece às empreiteiras a quantia de 34 bilhões para construção de conjuntos habitacionais e ainda faz a mediação da compra da habitação por famílias que atendessem aos critérios de renda. Assim, o MCMV passa a se organizar em torno de uma conciliação entre capital e trabalho, minimizando os conflitos e amortecendo as ações dos movimentos sociais. Contudo, com critérios para atender apenas às famílias com renda de *mais* de 3 salários mínimos, o grupo com renda *até* 3 salários mínimos (representativo do contingente populacional sem-teto) não se expressou/expresa nesse critério.

O amortecimento da luta por direito à moradia e à cidade ocorre, sobretudo, por meio das intervenções estatais. Até mesmo a criação de espaços de participação como os previstos pelo Estatuto das Cidades e a exigência de deferimento popular para o plano diretor promovem a falsa ideia de que a sociedade consegue, por meio desses instrumentos, interferir na tomada de decisão. Contudo, de acordo com Souza (2006) e Trindade (2017), os espaços de participação institucionais não são eficientes, sobretudo porque não são espaços de construção de outra cidade, são espaços que abarcam a lógica de produção desigual da cidade capitalista. Portanto, embora não mereçam ser negligenciados, não são espaços suficientes para o enfrentamento e atendimento das demandas da classe trabalhadora.

Com isso posto, as ações de ocupação de imóveis ociosos são a estratégia dos movimentos de luta pela moradia e direito à cidade que conseguem avançar no debate de democratização do solo. Para Trindade (2017), as ocupações são legítimas e legais, justamente por serem ações de sujeitos à margem de seus direitos. Como expressa Boulos (2012, p. 17), “[...] todo cidadão tem o direito à moradia digna. É pelo menos o que diz o artigo 6º da Constituição Federal do Brasil”. Assim, as ocupações não inviabilizam um projeto democrático, ao contrário contribuem para a expansão da aquisição dos direitos (TRINDADE, 2017).

Além disso, como afirma Boulos (2012), as ocupações, mesmo que sejam desapropriadas, são um ganho para os movimentos territoriais, pois promovem novas formas de gestão coletiva de espaços, com a construção do poder popular a partir do processo de formação política vivido pelos indivíduos nas inúmeras experiências propiciadas pela participação nas ocupações e que possibilitam a eles não só confrontar, rever, reformular suas experiências individuais de vida, mas ao mesmo tempo constroem sua identidade política, como veremos no próximo item.

### **A relação das ocupações por moradia com a formação da consciência de classe dos trabalhadores sem-teto: o lugar da experiência**

Para compreendermos de que forma o historiador Edward Palmer Thompson trabalha a categoria da experiência em suas produções, é preciso levar em consideração que no ponto de partida de suas análises dos fenômenos sociais estão as noções de historicidade, totalidade e contradição, princípios da dialética marxista, entendendo a história como o processo da vida real dos seres humanos e da relação destes com a natureza, transformando dessa forma não só a natureza, mas também a si mesmos, por meio do trabalho (MARTINS, 2006). Sendo o trabalho, para Thompson, o dado ontológico primário do ser social.

Justamente levando em conta essas três categorias: totalidade, historicidade e contradição, Martins (2006, p. 106) assevera que, para Thompson, “entender o processo histórico é buscar, por meio das evidências, apreender como os seres humanos agem e pensam dentro de determinadas condições”, superando dialeticamente a contradição entre determinação e agir humano.

Não por acaso, Thompson (1987) trata a classe como um fenômeno histórico, que reflete uma relação histórica, um fazer-se articulando o movimento ativo dos indivíduos com as determinações sociais. Sendo uma categoria e uma relação derivada da análise do processo social ao longo do tempo, que acontece quando alguns indivíduos, como resultado de experiências comuns, herdadas ou partilhadas, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, contra outros homens cujos interesses diferem, e geralmente se opõem dos seus. Nesse sentido, a experiência de classe é determinada pelas relações de produção em que os indivíduos nasceram. A consciência de classe, por outro lado,

[...] é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1987, p. 10).

Ou seja, a consciência de classe se constitui por meio das manifestações de relações culturais, políticas e ideológicas, mediadas pela experiência em comum dos indivíduos, que, por sua vez, são determinadas pelas relações de produção.

É nesse sentido que o autor vai afirmar a formação da consciência de classe dos trabalhadores como um processo sempre inacabado, de luta com as classes dominantes ao longo da história. Por isso, em suas análises, ele acaba por privilegiar o conceito de luta de classes em detrimento do conceito de classe, pois entende que a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, implicando dessa forma um processo. Sendo assim, uma classe não pode existir descolada da experiência de situações determinadas, em que a luta de classes é prioritária no processo de formação da classe e de sua consciência.

Portanto, reiteramos que, embora para Thompson (1987) a experiência apareça de forma sempre determinada, é ela que pode mediar a constituição da consciência de classe, uma vez que expressa as contradições

do ser social no capitalismo.

Essa perspectiva teórica nos fornece elementos para pensarmos os processos formativos a partir da experiência de organização coletiva dos indivíduos, bem como a partir da dialética entre ser social e consciência social e a prática política dos sem-teto nos processos educativos em que se encontram inseridos dentro das ocupações. Pois, como já afirmamos, é no contexto de luta que os sujeitos se forjam politicamente.

Mas, afinal de contas, quem são os sem-teto? Um levantamento feito pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, em 2007, constatou que a condição de emprego das pessoas se encontrava na seguinte situação:

[...] 26% eram trabalhadores informais, com registro em carteira; outros 27% eram trabalhadores informais, sem registro; e 47% estavam desempregados, sobrevivendo de bicos que apareciam de vez em quando.

A renda mensal dessas famílias era a seguinte: 65% sobreviviam com até 1 salário mínimo; 32% recebiam entre e 2 salários mínimos; 2% recebiam entre dois salários mínimos; e somente 1% mais do que 3 salários mínimos (BOULOS, 2012, p. 51).

Pelos números da pesquisa fica evidente que a grande maioria dos sem-teto faz parte das camadas populares da classe trabalhadora, fração de classe que, pelas suas condições precárias de vida, acaba tendo como única alternativa de moradia as ocupações.

Significa afirmar que, quando os sem-teto se engajam numa ocupação, eles têm como interesse a construção de casas para satisfazer suas necessidades imediatas. Porém, a prática política desses indivíduos em ocupações planejadas e mediadas pelos movimentos de luta pela reforma urbana, o engajamento nas mobilizações em defesa da moradia, as formações teórico-políticas de base crítica acabam por fazer dessas ocupações um espaço de enfrentamento à lógica da cidade do capital. É nesse momento que, a partir de suas experiências com outros sem-teto, partilhando sistemas de valores e ideias em comum (THOMPSON, 1987), os trabalhadores sem-teto se fazem enquanto classe e adquirem consciência de classe.

Embora não sem uma série de contradições, as novas experiências construídas na luta coletiva articulam os interesses entre si dos indivíduos, servindo de base para que eles possam ampliar sua concepção de mundo.

E se, como vimos inicialmente, foi a necessidade que levou os trabalhadores e seus familiares para as ocupações, o processo educativo experimentado por eles como integrantes do movimento, cria condições para que a luta imediata pela moradia ceda espaço para a luta política mais geral pela reforma urbana e, por que não, por uma outra sociedade. É o caso, por exemplo, de Dona Norma, conforme relatado por Boulos (2012, p. 54), ao afirmar que o movimento lhe ensinou que é preciso lutar por direitos e que “a luta não acaba depois de ter a moradia”.

Cabe destacar que os trabalhadores na sociedade capitalista são vítimas de uma sociabilidade regida pela lógica da mercadoria, que produz comportamentos competitivos e que apresenta os fatos e os problemas como se eles fossem determinados por fatores individuais. Ou seja, se um trabalhador não tem moradia, basta que ele se esforce mais, se qualifique ou arrume outro emprego para poder comprá-la. Como se as graves desigualdades sociais fossem problemas dos indivíduos isoladamente (BOULOS, 2012).

Essa naturalização do modo de se comportar e pensar é fundamental para a manutenção da ordem burguesa e reprodução do modo de produção capitalista, pois o indivíduo não toma conhecimento da totalidade, vive na aparência imediata dos fenômenos sociais e desconhece a essência da própria realidade em que está inserido. Entretanto, a lógica das ocupações rompe com a ideologia dominante.

Indo na contramão dos interesses das classes dominantes, ao estabelecerem a solidariedade, o companheirismo e a igualdade enquanto valores coletivos inegociáveis a serem cultivados dentro das ocupações, os movimentos de luta por moradia estão buscando novas formas de responder aos problemas que antes eram tratados individualmente.

As cozinhas comunitárias das ocupações talvez sejam o maior exemplo disso. Nos acampamentos do MTST há um esforço no sentido de garantir pelo menos uma cozinha para cada 50 ou 100 famílias. Estas cozinhas funcionam com base na doação dos próprios moradores e do trabalho voluntário, em sistema de revezamento. Aqueles que, por algum motivo (de trabalho, por exemplo), não podem contribuir com as tarefas coletivas entram com as doações. Com essa iniciativa, cria-se um vínculo sólido de trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, assegura-se que



ninguém passe fome na ocupação. O que está em jogo é a construção de soluções coletivas para os problemas que afetam a todos (BOULOS, 2012, p. 64).

Em uma pesquisa que analisa os processos de socialização política e politização vivenciados por famílias engajadas no MTST, por meio de entrevistas e relatos de ex-ocupantes e militantes do movimento (TOMIZAKI; CARVALHO-SILVA; SILVA, 2016), é perceptível o salto qualitativo de consciência dos indivíduos como fruto da experiência coletiva. Vejamos o exemplo de Léa, que participou durante dez anos da luta por moradia no MTST atuando como coordenadora de diferentes comissões, inclusive ajudando na organização de novos acampamentos:

[...] ao contar sua história de envolvimento com o MTST, [ela] muda de postura corporal. Se antes falava com certa timidez, cabeça baixa, muitas vezes chorando ao lembrar-se das dificuldades e humilhações vivenciadas, ao relatar sua experiência no acampamento, deixa transparecer alegria e empolgação. O engajamento lhe possibilitou, pela primeira vez, vivenciar laços de afeto familiar, aprender sobre seus direitos como cidadã e trabalhadora, bem como a negar o “destino” que parecia ter sido traçado à sua revelia: “quando minha mãe morreu, todo mundo dizia que meu irmão ia ser vagabundo e eu prostituta”.

Léa morou na ocupação durante seis meses; dada sua precária situação, foi priorizada no recebimento do auxílio aluguel. Pela primeira vez em muito tempo, ela moraria em uma casa digna e sem depender de “favores” de outras pessoas. No entanto, não havia móveis, nem roupas, sequer havia comida em alguns dias. Apesar disso, a possibilidade de ter endereço fixo, uma habitação digna e o apoio dos companheiros do MTST, em diferentes sentidos, possibilitou uma guinada na vida dessa mulher, que conseguiu um emprego formal, como cozinheira, garantindo o sustento da família ao longo da luta pelo seu apartamento (TOMIZAKI; CARVALHO-SILVA; SILVA, 2016, p. 946).

Léa até hoje participa de assembleias, marchas, manifestações e organizações de novos acampamentos; e a mudança de condição tanto objetiva quanto subjetiva fez com que ela voltasse a querer estudar.

Assim como Léa, não são raros os casos de pessoas que relatam que antes viviam deprimidas, nunca tinham tido até então a possibilidade de falar sobre suas histórias de vida e que nunca haviam tido a sensação de serem escutadas, vistas, consultadas sobre as questões, isto é, viviam em isolamento social. Por outro lado, essas pessoas notam que, com as ocupações, ganharam novo alento e alimentaram a esperança de que é possível um mundo mais justo para elas e para todos (BOULOS, 2016).

Também não são raros os casos de sem-teto que, após um despejo e um retorno forçado às condições precárias de moradia em alguma periferia, se tornaram referência em sua comunidade na luta por melhores condições de vida. Boulos (2012, p. 66) cita alguns exemplos de militantes do MTST da zona da região metropolitana de São Paulo, que após serem despejados

[...] protagonizaram depois lutas contra os despejos em várias comunidades da região (Jd. das Palmas, Jd. Ingá, Jd. dos Reis, Boulevard da Paz); lutas por serviços de saúde e coleta de lixo e outras tantas (Jd. São Luiz, Jd. São Marcos, Jangadeiro); além do envolvimento em grandes lutas por transporte público na região, com vários travamentos da estrada do M´Boi Mirim. Esses são apenas alguns casos localizados numa única região, mas que ilustram a utilidade do aprendizado adquirido numa experiência de ocupação organizada.

Esses exemplos reforçam, reiteram e evidenciam aquilo que estamos afirmando ao longo do artigo: a participação em ocupações organizadas e planejadas cria condições e possibilidades para um salto na consciência de classe de muitos trabalhadores sem-teto.

## Considerações finais

Extraíndo as primeiras conclusões da breve discussão desenvolvida ao longo do texto, podemos afirmar que o déficit habitacional brasileiro, para além da situação conjuntural do agravamento das condições de vida, decorre da característica de produção desigual do espaço urbano. As cidades

capitalistas são modeladas conforme a demanda de reestruturação das forças produtivas e a regulação fundiária do solo urbano é pensada a partir do valor de troca da terra, não do seu valor de uso. Também é privilegiando o valor de troca do solo urbano que os agentes modeladores do espaço atuam.

Desses agentes modeladores do espaço, o especulador e promotor imobiliário são os que na cidade capitalista possuem hegemônico poder de decisão, já que o Estado se isenta em certa medida de promover espaços de discussão que conciliem as demandas das classes sociais numa política de reforma urbana. Como apregoa Souza (2006), o Estado tem tocado uma política de reforma urbana, que se confunde com intervenções de planos urbanísticos. Diante disso, para o autor, faz-se necessária a organização da luta pelo direito à cidade por vias não institucionais, uma vez que os espaços de participação institucionalizados, como a consulta popular para aprovação dos Planos Diretores das cidades, estão na maioria dos casos apenas servindo para legitimar decisões já tomadas.

A classe trabalhadora para Corrêa (1989) também é um modelador do espaço na exclusão ou da marginalização do direito à cidade e moradia. Sua influência frente ao Estado não ocorre no mesmo grau que os modeladores abastados. É o contingente populacional que vive na cidade ilegal, na qual as leis regulatórias do uso do espaço urbano e a infraestrutura não chegam, enquanto, de acordo com Maricato (1996), a cidade legal é reservada à classe abastada, em que os planos urbanísticos se concretizam e os direitos básicos são providos pelo Estado.

Contudo, para Harvey (2005), o Estado, a fim de minimizar as desigualdades e a segregação espacial, deve promover uma política de governança urbana que inclua a participação nas tomadas de decisão não só da classe abastada, mas também os movimentos sociais de luta pelo direito à cidade e moradia. Pois, para o autor, as cidades têm se transformado em ilhas embelezadas, nas quais há a concentração de capitais, rodeada pela cidade ilegal de pobreza crescente. É frente à isenção voluntária do Estado que emerge a luta pelo direito à moradia e a organização dos movimentos pela reforma urbana.

Assim, são nesses movimentos que os trabalhadores produzem e formam um novo entendimento de suas necessidades, pois a participação em ocupações organizadas humaniza os indivíduos, educando em sua dimensão de sujeitos ativos na condução de suas vidas, do papel que eles exercem dentro da história.

Nesse sentido, a base para a formação política dos trabalhadores sem-teto são as condições objetivas de sua existência, a materialidade da realidade experienciada por eles, que faz com que esses sujeitos assumam determinadas práticas frente às tarefas no contexto do movimento. Portanto, a formação política dos trabalhadores sem-teto é fruto de uma construção processual de educação, valores e ideias compartilhados coletivamente e mediadas pela experiência.

Os movimentos de luta por moradia, ao buscarem organizar suas tarefas a partir de práticas e valores diferentes daqueles que circulam de forma naturalizada na sociedade de classes, acabam criando condições para que seus militantes construam uma visão de mundo crítica ao capitalismo, projetando um horizonte onde outra sociedade seja possível.

## Referências

- BOULOS, G. C. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci Editora, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Estudo sobre a variação de sintomas depressivos relacionada à participação coletiva em ocupações de sem-teto em São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Ciências). USP/São Paulo, 2016.
- CARLOS, A. F. A. Repensar a geografia urbana: o balanço de um simpósio. In: \_\_\_\_\_. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p. 9-15.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Direito à cidade.** São Paulo: Centauro, [1968] 2008a.
- MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTINS, S. A. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. **Revista em tese**, Florianópolis, v. 2, nº 2 (4), p. 113-126, agosto-dezembro. 2006. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13539/12404>. Acesso em: ago. 2017.

SOUZA, M. L de. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TOMIZAKI, K; CARVALHO-SILVA, H. H; SILVA, M. G. V. Socialização política e politização entre famílias do movimentos dos trabalhadores sem-teto. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, nº. 137, p. 935-954, out-dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-00935.pdf>. Acesso em: ago. 2017.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vols.

\_\_\_\_\_. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, T. A. **Protesto e democracia**: ocupações urbanas e luta pelo direito à cidade. Jundiaí: Paco, 2017.